



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE  
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA  
Diretoria de Licenciamento Ambiental

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO EIA/RIMA DA  
UHE DE SANTO ANTÔNIO DO JARI

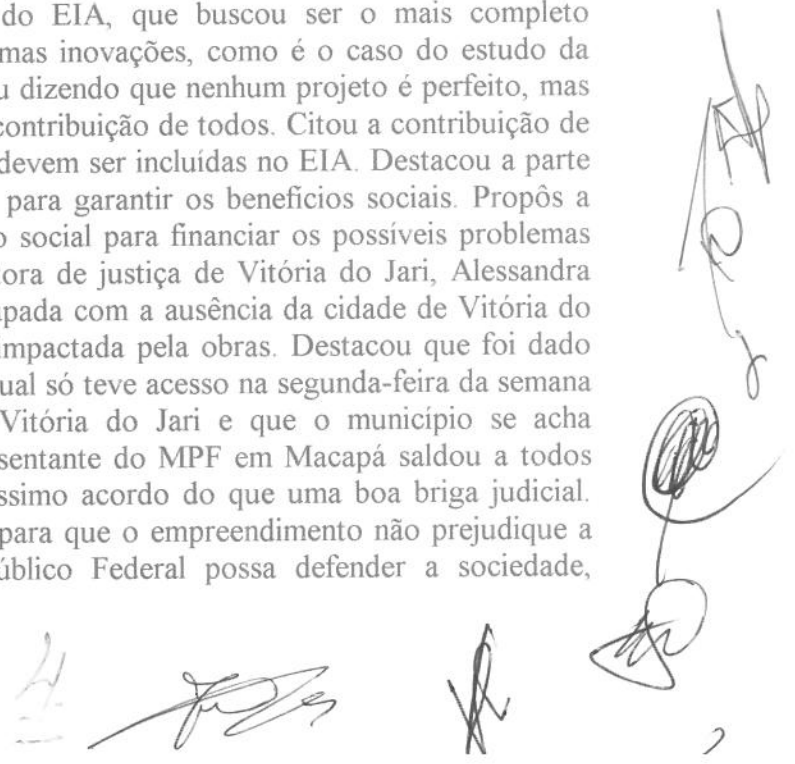
Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e nove, às quatorze horas e trinta e oito minutos, no Clube Planet Show, situado na Rua Tancredo Neves 692, Centro – no município de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá, o Presidente da Audiência Pública, Sr. Marcos Fernando de Assis, Analista Ambiental da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), iniciou a Audiência procedendo-se à leitura do regulamento para a realização da mesma. A seguir o presidente convidou para compor a mesa Horácio Coutinho e Vinicius Carvalho – Promotores de Justiça Estadual do Amapá; Dom Pedro José Conti – Bispo Diocesano de Macapá; Marcelo Creão – representante da Secretaria de Governadoria e Relações Institucionais do Estado do Amapá; Antônio Feijão – Deputado Federal-AP; Sebastião Bala Rocha – Deputado Federal-AP; José Cardoso Lopes – representante do Ministério Público Federal; Manuel Mandi – Deputado Estadual do Amapá; Alessandra Verardi – Promotora de Justiça de Vitória do Jari; Edival Monterroso – Secretário Especial de Infra Estrutura do Estado do Amapá (representando o Governador). Com a palavra o representante da Câmara de Vereadores de Laranjal do Jari saudou a todos e evidenciou a importância do empreendimento para a região. Manoel Mandi, Deputado Estadual do Amapá, cumprimentou a todos afirmou estar feliz pela retomada da construção da UHE Santo Antônio do Jari. Expressou a idéia de que Laranjal do Jari é o terceiro município do estado e que a cidade precisa buscar sua independência. Disse que acordos anteriores definiram o canteiro de obras no município de Laranjal do Jari, e que agora este será do outro lado, no Pará, e isto é inadmissível. Afirmou que a prefeitura está sobrecarregada e que os benefícios vão sendo carreados para o Pará. Destacou outros fatos relacionados, por exemplo, que o Plano de Manejo da Orsa foi apoiado pelo Município de Laranjal do Jari. Encerrou a fala na defesa da instalação do canteiro de obras do lado do Estado do Amapá. O Deputado Feijão cumprimentou a todos em especial o Bispo do Amapá e iniciou sua fala descrevendo a formação geológica da região. Ressaltou a importância da Audiência para a comunidade e pediu paciência da população para ouvir o que vai ser dito pelo empreendimento e destacou a beleza cênica da cachoeira. O Deputado Sebastião Rocha saudou a todos e rememorou sua participação na audiência em Monte Dourado e colocou que não poderá participar de toda a reunião em função de vigem a Brasília. Expôs os principais projetos a serem realizado na região: Ponte sobre o rio Jari ligando Laranjal do Jari a Monte Dourado; Linhão (referindo-se à Linha de Transmissão conectando Tucuri, Macapá e Manaus);



24  
7


A estrada ligando Laranjal à Almeirim e à Manaus para tirar o Amapá do isolamento; E a construção da usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari. O Deputado afirmou que é preciso cuidar dos impactos ambientais e que o Amapá já dá sua contribuição para a defesa do meio ambiente com suas florestas e reservas. Posicionou-se como sendo 100% favorável ao empreendimento. Disse que haverá momentos para a discussão da distribuição dos impostos gerados pela usina e que tem dúvidas sobre a distribuição do ICMS. Espera que a partilha do ICMS seja meio a meio entre os Estados do Pará e Amapá. As compensações ambientais também é motivo de preocupação e que espera que o assunto seja melhor discutido. Lembrou que na Audiência de Almeirim questionou a empresa sobre se a barragem pode contribuir para a diminuição das cheias. Ouviu da empresa que não, porque o reservatório não é de acumulação. O Secretário de Infraestrutura do Estado do Amapá, representando o Governador Valdês, saudou a todos e parabenizou o IBAMA pela Audiência. Destacou que esta obra pode ser o marco de salvação econômica do Estado do Amapá e para a região do Jari. Destacou a preocupação do governo para que se possa fazer uma discussão saudável com os estados da região da Amazônia. Destacou a importância da geração da energia e a preservação da natureza, garantindo a beleza cênica do rio, mas também a área social de Laranjal e Almeirim, não deixando desprotegida a população. O Bispo do Amapá iniciou sua fala dizendo que não entende porque foi chamado à Audiência porque não é político. Espera que ninguém seja ameaçado pela construção da usina, porque tem informação de que tem gente sendo ameaçada pela construção de uma usina no Xingu. Destacou que a Amazônia tem gente e que os projetos devem levar em consideração a população que aqui vive. Fez apelo às autoridades pela preservação das tradições, dos direitos e pela participação do povo. O Promotor de Justiça, Vinícius Carvalho observou que não é contra o empreendimento, mas que é preciso estudar bem o caso e as condicionantes, as compensações ambientais e as populações que serão atingidas. Destacou que as audiências são importantes mas que seria preciso mais tempo para a discussão, para ficar claro os prós e contras. Destacou que o Linhão está chegando e que com o Linhão não seria preciso a construção da usina, por isso deve-se estudar bem a necessidade da construção da usina. O promotor de justiça Horácio Coutinho cumprimentou a todos e evidenciou que é fiscal da lei e que vai fiscalizar a obra. Convidou a todos para participarem das discussões, para que o empreendimento não comece de forma errada. Marcelo Creão representando a Secretaria de Governadoria do Governo do Estado do Amapá parabenizou o Estado do Amapá pelo projeto e pela qualidade do EIA, que buscou ser o mais completo possível. Disse que gostaria de ver algumas inovações, como é o caso do estudo da neotectônica em geologia. Complementou dizendo que nenhum projeto é perfeito, mas que a perfeição deve ser buscada com a contribuição de todos. Citou a contribuição de rebeirinhos, pescadores e caçadores que devem ser incluídas no EIA. Destacou a parte social que também deve ser aprimorada para garantir os benefícios sociais. Propôs a criação de um fundo de desenvolvimento social para financiar os possíveis problemas que possam advir desta obra. A Promotora de justiça de Vitória do Jari, Alessandra Verardi saudou a todos e se disse preocupada com a ausência da cidade de Vitória do Jari no EIA e que a mesma deverá ser impactada pela obras. Destacou que foi dado pouco tempo para ler o EIA RIMA, ao qual só teve acesso na segunda-feira da semana passada. Solicitou uma Audiência em Vitória do Jari e que o município se acha prejudicado. José Cardoso Lopes, representante do MPF em Macapá saudou a todos citando a frase de que é melhor um péssimo acordo do que uma boa briga judicial. Disse que é importante ouvir o público para que o empreendimento não prejudique a população e que para o Ministério Público Federal possa defender a sociedade,



Handwritten signatures and scribbles at the bottom right of the page, including a large circular scribble and several lines of ink.

cumprindo assim o seu papel. Dando continuidade o presidente formou então a mesa para a apresentação e discussão dos estudos, chamando inicialmente o Analista Ambiental do IBAMA, Luiz Fernando Suffiati, que fez uma breve apresentação de como é desenvolvido o processo de licenciamento ambiental federal, e qual é a função do IBAMA neste processo. A seguir a palavra foi passada ao representante do Consórcio Amapá Energia, o Sr. José Guilherme Antloga do Nascimento – Diretor do Consórcio Amapá Energia, que cumprimentou inicialmente as autoridades presentes e procedeu a apresentação do empreendimento. Inicialmente fez uma contextualização histórica do empreendimento e em seguida destacou as características físicas e técnicas da usina. Demonstrou os recursos financeiros que o empreendimento vai gerar para os municípios, para os estados e de compensação ambiental. Dando continuidade o Presidente passou a palavra ao Sr. Paulo Mário Correia de Araújo – representante da empresa EcologyBrasil Consultoria que inicialmente fez uma breve apresentação da equipe envolvida nos estudos e procedeu com a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental: explicou como foram realizadas as alterações do projeto original e em seguida destacou os resultados dos estudo do EIA dos meios biótico e socioeconômico. Expôs ainda os impactos ambientais e sociais identificados e as providências que serão tomadas no sentido de mitigação e compensação de tais impactos em todas as fases de construção da usina. Foram propostos 21 programas ambientais a serem realizados durante a construção da usina, distribuídos nos meios físico, biótico e socioeconômico. Com a palavra o Presidente da mesa encerra a primeira etapa dos trabalhos, dando um intervalo de quinze minutos, e esclarece que os formulários para questionamentos escritos bem como os questionamentos orais serão respondidos após este intervalo. Retomando os trabalhos o Presidente da mesa convida para compor a mesa o representante do Consórcio Amapá Energia, e o representante da EcologyBrasil Consultoria para responder aos questionamentos e explicou a forma de como será a fase de questionamentos. Sandra Moreti, Instituto Jari Socioambiental: se a comunidade vai ter acesso ao lago. O Pacuera vai definir o uso do reservatório. A construção da usina vai aumentar os problemas de Laranjal de Jari. As pessoas que terão que ser removidas serão indenizadas?; José Maria da Silva, professor: a área inundada vai causar impactos negativos como em Balbina?; Airton Nobre: Por que houve mudança no canteiro de obras e qual o destino e benefícios para os ribeirinhos. Foi explicada a posição do canteiro de obras no município de Almeirim foi alterada para minimizar os impactos ambientais e sobre os ribeirinhos afirmou-se que serão compensados prioritariamente ficando no mesmo local em que se encontra hoje e em relação ao extrativismo será feito um monitoramento do impacto da derrubada da vegetação nas comunidades extrativistas e se houver algum impacto serão compensados. Réplica: o Sr. Airton solicitou compensação relacionada à área de turismo, sugerindo um projeto de turismo como a uma praça beira-rio. Existe boa vontade para isto mas será numa etapa posterior. Haverá algum plano para a realocação da mão de obra na fase de desmobilização? Haverá um plano de monitoramento para avaliar mas não haverá garantia de que as pessoas serão contratadas pela empresa. Como compensação a empresa poderá fortalecer as secretarias do meio ambiente de Laranjal e Vitória do Jari? Existe um programa de apoio aos municípios que permite formar convênios como existe nas áreas de saúde, segurança. Gilvan Luiz Araújo: Por que fazer usina hidrelétrica havendo disponibilidade de energia pelo linhão? A energia do Linhão pode sofrer queda de torres e transmite uma certa potência, o que não garante a energia para todas as regiões. O conceito de energia abundante é relativo e com a construção da usina dobraria esta oferta de energia. Nazaré Figueira da Secretaria de Meio Ambiente do

[Assinaturas manuscritas]

Amapá: inserir no programa de educação ambiental a modalidade de educação ambiental não formal. Resposta: estas diretrizes serão introduzidas na elaboração dos PBAs. Rionaldo, do pólo madeireiro: Qual a possibilidade de doação das madeiras a serem retiradas do reservatório para a indústria noveleira da região. Resposta: a madeira é um bem público e que o ideal é a doação para o uso público. Vinícius Alfredo: Como ficam as famílias de Vitória de Jari? Haverá algum programa ou apoio para estas famílias? Ramos: sabe-se que o Linhão vem de Altamira e vai até Macapá. A capacidade da usina é superior à do Linhão e se vai ser como Balbina? Resposta: as duas se complementam e a capacidade é mais ou menos 75% da do Linhão. Não será como a de Balbina. Réplica: se houver embargo da obra por alguma instituição o consórcio vai devolver recursos para a união. Resposta: linha não gera energia. Sobre os recursos, até agora os recursos aplicados são apenas da empresa, portanto, não será preciso a devolução de dinheiro par a união. Não dá para imaginar o estado parado, que não vai crescer, que não precisará de mais energia, por isso a necessidade de construção de mais usinas. Francisco das Chagas Filho: a área atingida terá benefícios? De que forma serão distribuídos estes benefícios? A empresa é responsável pela reposição de todas as perdas, repondo em condições iguais os melhores que as originais. Jucérgio Monteiro Benathar: Será garantido alguma renda mensal? Natália Almeida: qual a compensação para o município para as áreas baixas de Laranjal. Não haverá necessidade de remover pessoas nessas áreas. Luiz Fernando Freitas (COEMA): como a empresa vai frear a imigração de pessoas para a área do empreendimento e como vai trabalhar os bolsões de excluídos? Vai dar prioridade à contratação de pessoas do local, com capacitação dos trabalhadores do local. Tiago Cesar Borges: por que não foi realizado um plebiscito para saber se a comunidade deseja o empreendimento. Resposta: não está previsto em lei. Antonio Feijão: A usina será um gerador de riqueza para os municípios. Discordou da justificativa do canteiro de obras, pois já há a previsão de uma rodovia estadual na margem esquerda e não justifica a supressão do canteiro de obras pois o empreendimento vai desmatar uma área muito maior. Sobre a madeira, reivindicou o uso da madeira retirada para os municípios. Reivindicou compensação permanente para as famílias que ficarão na área do reservatório, pois terão seus modos de vidas alterados e perturbados pelos mosquitos. Por que os impostos serão distribuídos da forma que foi apresentado. Pediu para especificar os recursos da compensação ambiental. Disseram que vão implantar de início 1600 funcionários. Que a Jari libere uma área para bairros novos em Monte Dourado. Resposta: o PACUERA vai disciplinar o uso do reservatório. A empresa está preocupada com os moradores de Iratapuru que deverá ser monitorada durante toda a implantação do empreendimento. Alailson Marques da Silva, vereador de Vitória do Jari. Por que a não realização de Audiência pública no município de Vitória do Jari? Quais os projetos na área de saúde para os trabalhadores que irão trabalhar no empreendimento? Os programas de apoios aos municípios farão o monitoramento de todas as cidades e caso necessário serão feitas os devidos aportes às áreas afetadas. A realização de mais audiências deverá ser definida pelo IBAMA Brasília. Tais Farias, ICMBIO: qual a garantia de que a energia vai ficar disponível para a população? Qual a resposta que o governo vai dar para a infraestrutura suportar a demanda nas áreas sociais? O representante da prefeitura pediu para a Tais acessar o Programa Luz para todos e ver quanto o programa está sendo investido em Laranjal do Jari. O governo está investindo nesta área. Quanto ao apoio na infraestrutura, os investimentos públicos estão diretamente relacionados aos impostos, por isso a reivindicação de distribuição equânime dos impostos entre os municípios da área de influência do empreendimento. Sugeriu a criação de um fundo de desenvolvimento social para o

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top, a smaller signature below it, and a circled signature at the bottom right with the number '4' next to it.

Laranjal de Jari, Vitória do Jari e Monte Dourado. Luiz Beirão, prefeito de Vitória do Jari: a Jari deixou vários passivos na região, gerando problemas sociais. A ORSA comprou a JARI com dinheiro do BNDES, e o que nós queremos é que a JARI faça investimento social na região. Diz que não é contra o empreendimento, mas que não quer a produção de mais pobreza. Solicita que a empresa faça investimento social nas cidades. Mostra preocupação com a segurança da barragem. Reclamou da fumaça emitida pela Jari Celulose no município de Vitória do Jari. Questionou a posição do Canteiro de Obras no município de Almeirim. Mamede Leal Siqueira (COEMA): questionou a posição do canteiro de obras, o bota fora da empresa e a questão fundiária dos moradores nas áreas da Jari. Pediu ao deputado Feijão presente na Audiência para que seja apresentado o projeto na Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal. Indagou se haverá um programa para o controle da migração. Resposta: a empresa irá consultar os ribeirinhos para saber sobre os locais para onde eles preferem ir. Em relação à localização do canteiro o EIA RIMA mostrou que existe um impacto sim, mas que se os órgãos de meio ambiente estaduais avaliarem que não haverá impacto, que encaminhem ao IBAMA a posição dos órgãos. Sobre o bota-fora, o local está descrito no EIA e o mesmo prevê um programa de recuperação dessas áreas (PRAD). Sobre a madeira, deverá haver um entendimento para que se adote um procedimento adequado para o seu destino. Sobre os imigrantes, não é possível proibir o livre trânsito de pessoas, mas que haverá um programa que priorizem os trabalhadores da região. Guilherme Ribeiro: sobre o canteiro de obras, solicita uma divisão entre os dois municípios e a criação de novos bairros com infraestrutura em Laranjal do Jari. Resposta: foi evidenciada a preferência pelos trabalhadores locais. Deputado Feijão: sua posição é de que a construção do canteiro de obras venha a servir no futuro para outras utilizações sociais. Afirmou que a empresa está manipulando a platéia e que deveria ter mandado pessoas mais sérias para a audiência. Décio Ferreira de Oliveira: onde vai ser o local de onde será retirado o material para a construção da usina. A Jari vai usar a energia da Usina? Sugeriu o controle ambiental para a melhoria social. O Programa de socioeconomia deveria fomentar o parque industrial e a aqüicultura na região. Solicita da empresa apoio a projetos sociais, exemplo: que a natura crie uma indústria de cosmético na região. Resposta: apresentou no mapa o local de empréstimo, que será nos dois lados dos estados. A Jari vai usar a energia do empreendimento, conforme sua participação no empreendimento (10%). O monitoramento social não significa impedir as pessoas de se locomoverem, mas haverá controle das estatísticas sociais para dirigir os investimentos para os setores mais afetados. Aldiedson Barbosa Melônio: desconfia das compensações porque outros empreendimentos prometeram mas não foram cumpridas. Reivindica a localização do canteiro de obras em Laranjal do Jari. Luiz Alencar (ABES): pontuou a necessidade de identificar as fragilidades ambientais da área, como o lixão. Não conseguiu localizar os pontos críticos no EIA. Resposta: o TR do IBAMA solicitou a localização de áreas degradadas e foi contemplado no estudo. Cláudio Moraes Junior: indagou sobre as responsabilidades em caso de desastre. Resposta: na fase de operação é a empresa que será responsável por qualquer acidente. Josiel Moraes de Carvalho Neto. Haverá mudança climática? Não, pois o tamanho do reservatório não é suficiente para alterar o clima. Sheila Cristina: o que está sendo pensado sobre prostituição e drogas? Serão realizadas diversas ações neste sentido, mas o Plano Ambiental de Construção deverá definir um código de conduta para os funcionários da empreiteira, para evitar estes problemas. Hebert Ribeiro : como será dividido o ISS? Deverá haver uma articulação entre os municípios para definir este uso. Caubi Waiapi: o relatório sobre os índios estão defasadas, o relatório afirma que não haverá impacto,



14 5



mas quem garante isto? A FUNAI. Maria Paixão Macedo: sobre os moradores nas palafitas, haverá transtorno? Se for moradora abaixo da cachoeira não haverá impacto. A montante da cachoeira, deverá haver realocação. Cordeiro: como vai ficar a situação dos peixes? Existe o Programa de Monitoramento dos Peixes. Rayana Silva: a hidrelétrica vai impedir as enchentes? Não, o reservatório não é de acumulação. Mariolando: Quais as medidas compensatórias para os extrativistas: haverá a quantificação de todas as espécies que serão atingidas e os extrativistas serão compensados, mas cada caso deverá ser estudado. Sobre navegação, não haverá interferência pelo empreendimento na mesma. Sobre o Porto Sabão, não deverá haver interdição. Mariolando: por que não foi levado em consideração o protocolo de intenção entre as comunidades e o empreendimento. O EIA RIMA contemplou o protocolo e foi objeto da apresentação. Morador do Iratapuru questionou a influência do empreendimento nesta comunidade. Iraiane da Silva: sobre a mata ciliar, se haverá recomposição da mata. A lei obriga a recomposição da mata e o PACUERA vai garantir esta restituição. Roberto Gonçalves Baia, de Padaria: a qualidade da água do reservatório será mantida durante a construção da usina? Sim, a construção do reservatório não interferirá na qualidade da água, no entanto, haverá o Programa de Monitoramento da Qualidade da Água. Charles Reis: com pouco água, como será feita a geração de energia? A região será complementada pelo Sistema Integrado de Energia. Valcimar Farias: indagou sobre o uso da madeira. A destinação da madeira deverá ser usada para programas de compensação. Marcio Furtado Freitas: A Vila de Iratapuru será contemplada pelo fornecimento de energia durante todo o dia? Este fornecimento depende da companhia do estado. O Programa Luz para Todos será uma opção. Diene Furtado: quando começa as obras e o prazo para conclusão das mesmas? O mais provável será no final do ano que vem. Nayla do Santos Almeida: a cidade de Laranjal não tem condições de receber os migrantes que para que virão. Afirmou que o hospital de Laranjal não tem como atender a um acréscimo de população. Na resposta foi destacado os programas sociais que priorizam a contratação de mão de obra local. Alice Câmara: receia o futuro de Laranjal do Jari, pois não há lei que obrigue as empresas investirem no social, pois a cidade não tem estrutura para receber mais gente. Odécio Lima de Oliveira: que se crie uma comissão para acompanhamento dos programas de compensação propostos pela empresa. Questionou o ICMBIO sobre a compensação ambiental, dizendo que pode ser feita a compensação para outras unidades além das Unidades de Conservação de Proteção integral. Leu a legislação que corrobora sua idéia. O representante do ICMBIO concordou com o Sr. Odécio e pediu desculpas pela informação equivocada que passou na Audiência em Almeirim. Manoel Pombo, secretário de agricultura do município de Laranjal do Jari: defendeu que todas as famílias de Iratapuru sejam beneficiadas pela compensação. Defendeu que o Estado do Amapá deve receber a maior parte dos investimentos. Solicitou que o empreendedor faça a discussão com os estudantes das escolas da cidade e defendeu a localização do canteiro de obras no município de Laranjal do Jari. José Airton Soares (COEMA): reforçou as questões arqueológicas defendendo a permanência das peças arqueológicas no estado. Qual a contrapartida que a empresa pode dar para uma extensão do museu que existe na cidade de Macapá? Deu apoio à criação de uma comissão para o acompanhamento do empreendimento. Resposta: se o museu de Macapá tiver condições de receber as peças arqueológicas, deverão ser depositadas nele. Lembrou que há um programa de educação patrimonial que deverá inserir este conteúdo nas escolas da região. Marcelo Creão: solicitou uma deliberação da empresa sobre se a empresa vai trabalhar para beneficiar o município de Laranjal do Jari. Resposta: a empresa não vai beneficiar nem um nem outro município, mas depois de

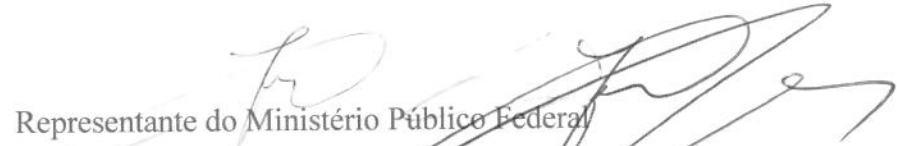
ouvir as autoridades do município vai garantir o início do empreendimento em Laranjal do Jari. José Cardoso Lopes (Ministério Público Federal do Amapá): apresentou ao presidente da mesa lista de medidas a serem incorporadas no processo de licenciamento. Deixo aqui escrito que esta Audiência foi gravada e filmada, com todos os questionamentos e suas respostas. Após encerrados os debates, o Sr. Presidente considera a Audiência Pública válida, tendo em vista que os procedimentos de divulgação foram atendidos conforme preconiza a Legislação Ambiental vigente. Agradece a presença de todos os participantes e convidados e deu por encerrado os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que eu, Luiz Fernando Suffiati, e os demais participantes Marcos Fernando de Assis (presidente da mesa), José Guilherme Antloga do Nascimento (Consórcio Amapá Energia), Paulo Mário C. de Araújo (EcologyBrasil), Alba Lúcia Colares Caldas (COEMA-AP – OAB), José Cardoso Lopes (MPF-AP), Vinícius Mendonça Carvalho (MP-AP) e Horácio Luis Bezerra Coutinho (MP-AP) assinam conjuntamente abaixo.


  
Presidente da Mesa

  
Representante do Consórcio Amapá Energia

  
Representante da EcologyBrasil

  
Representante da OAB-AP (Conselho Estadual de Meio Ambiente)

  
Representante do Ministério Público Federal

  
Representante do MP-AP

  
Representante do MP-AP

  
Secretário Executivo

Fls.: 520  
Proc.: 337/08  
Rubr.:                     

Recebido em  
26/10/09  
Laranjal do Jari  
AP

PROPOSICOES A SEREM INSERTAS NA ATA DA II AUDIENCIA PUBLICA DA  
UHE DE SANTO ANTONIO DO JARI  
Laranjal do Jari – AP 26 de outubro de 2009 – Planet Show

Considerando o procedimento de licenciamento ambiental n 02001.000337-2008-06 IBAMA Brasília\_DF da UHE de Santo Antonio do Jari- Município do Laranjal-Estado do Amapá, e solicitado que as propostas abaixo sejam anexadas a ATA.

1. Rever a localização do fato gerador do ICMS em função da produção de energia da turbina;
2. Garantir a quotização no percentual de 50% (cinquenta) por cento da contratação dos serviços no município de Laranjal do Jari, para fins de recolhimento do ISSQN;
3. Diversificar o parque industrial do Grupo Orsa através da apresentar um plano de diversificação dos empreendimentos pela agregação de valor aos produtos;
4. Garantir o comercio da energia produzida na região do Vale do Jari, através do rebaixamento da tensão;
5. Atração pelo Consorcio Amapá Energia que novos empreendimentos sejam instalados no Estado do Amapá, por meio de um PBA;
6. Efetuar um plano de realocação dos empregados após a desmobilização da implantação do projeto;
7. Priorizar a contratação de mao de obra técnica especializada no local do empreendimento para depois ser buscada em outras localidades;
8. Depositar nos centros de pesquisa do Estado do Amapá os espécimes tipo levantados durante os estudos;
9. Detalhar os PBA's, sobretudo os sociais;
10. Fazer um PBA para o fomento com monitoramento e fiscalização da aqüicultura;
11. Realizar estudo arqueológico atual pelo IEPA, utilizando novas tecnologias, ou seja, com GPR Radar e eletroresistivimetro;
12. Construir e equipar um museu arqueológico no município de Laranjal do Jari, como extensão do Museu Joaquim Caetano;
13. Condicionar o licenciamento do IBAMA a anuência da SEMA e SEMATUR de Laranjal do Jari;
14. Efetuar Plano de Emergência das Barragens caso haja rompimento da mesma e que seja feito um seguro por morador;
15. Criação de um conselho para acompanhar os novos estudos e a implantação do projeto;
16. Cessão pelo consorcio de empresas, de área para remanejar famílias que forem afetadas pelo impacto ambiental decorrente da implantação do projeto;
17. Doar os produtos madeireiros e não madeireiros da supressão florestal da area inundada, para o município de Laranjal do Jari a titulo de compensação social, contemplando desde o ROMANEIO ate a liberação pelo DOF dos produtos. A prefeitura de Laranjal do Jari se responsabiliza em criar uma comissão de acompanhamento da transferência dos produtos;
18. Identificar a quantidade de produto florestal proibido que possivelmente serão afetados necessariamente pela implantação do projeto
19. Revitalizar o ramal da cachoeira através de uma estrada parque.
20. Criação de uma Comissão para acompanhar a implantação e implementação do empreendimento;
21. Garantir o licenciamento da área de empréstimo no curso da execução do projeto- Alba Caldas OAB-AP;

*Handwritten signatures and initials on the left margin, including a large signature and the word "Novo" written vertically.*

*Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature.*

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Lix" and "Hestepud".*



